



# **NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**

Demonstrações  
Financeiras

31 de dezembro de 2022



---

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022**

---

**SUMÁRIO**

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A. ....	2
1.1. Estrutura Societária.....	2
2. DESEMPENHO OPERACIONAL .....	2
3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO .....	2
3.1. Linhas de transmissão em construção .....	2
3.2. Subestação em construção .....	3
4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS .....	3
5. RECEITA ANUAL PERMITIDA .....	3
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO .....	3
6.1. Resultado Econômico Financeiro .....	4

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,

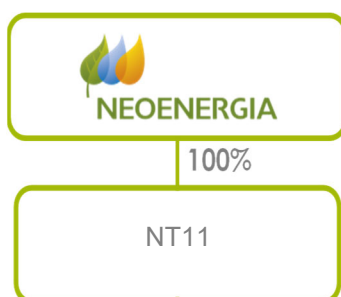
Ao apresentar os resultados de 2022, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. reafirma seus princípios de sustentabilidade corporativa, sempre na busca do equilíbrio entre prosperidade econômica, responsabilidade ambiental e progresso social, com base em uma gestão eficiente, íntegra e ética.

### 1. A NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.

A Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. (“Companhia”), controlada pela Neoenergia S.A., tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades.

#### 1.1. Estrutura Societária

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura societária da Companhia era a seguinte:



## 2. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para setembro de 2026.

## 3. ATIVOS EM CONSTRUÇÃO

### 3.1. Linhas de transmissão em construção

Projeto Linhas de Transmissão - Características Físicas					
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2	C2 - Simples	230	65	30/03/2024	30/09/2052
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2	C2 - Simples	230	224		

### 3.2. Subestação em construção

Projeto de Subestação - Características Físicas				
Subestação	Tensão (kV)	Capacidade Transformação (MVA)	Início Operação Comercial	Vencimento da Outorga
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	230/138	150		
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento do reat	230	-	30/03/2024	30/09/2052
Seccionamento da LT em 138 kV	138	-		

## 4. EVOLUÇÃO FÍSICA E INVESTIMENTOS

A Companhia acompanha a evolução dos investimentos como um todo e por isso o percentual de evolução e volume de CAPEX são feitos por Lote, conforme apresentado a seguir:

Projeto Linhas de Transmissão - Evolução Física e Investimentos		
Linha de Transmissão/Subestação	Evolução Física em 31/12/2022	Investimento Realizado no exercício findo em 31/12/2022 (R\$ Mil)*
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2		
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2		
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	1%	8.725
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento do reat		
Seccionamento da LT em 138 kV		

## 5. RECEITA ANUAL PERMITIDA

A RAP – receita anual permitida é o valor em reais (R\$) que a Companhia terá direito pela prestação de serviço público de transmissão, aos usuários, a partir da entrada em operação comercial das instalações de transmissão. A RAP homologada para a Companhia é de R\$38.200.000,00 e será atualizada anualmente via IPCA.

Linhas de Transmissão e Subestações em construção - Características Financeiras						
Linha de Transmissão/Subestação	Propriedade (%)	RAP (R\$ mil)	RAP Proporcional (R\$ mil)	Ano de Degrau da RAP	Mês base reajuste	Índice de Correção
LT 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2 C2		20.246	20.246			
LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão C2		6.647	6.647			
SE 230/138 kV Paraíso 2 - pátio 230 kV	100%	1.883	1.883	2028	Junho	IPCA
Seccionamento da LT 230 kV e remanejamento do reat		2.227	2.227			
Seccionamento da LT em 138 kV		7.197	7.197			

\* A RAP da Companhia é associada, ou seja, somente será liberada no momento em que a obra for completamente finalizada

## 6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

## 6.1. Resultado Econômico Financeiro

DRE (R\$ mil)	2022
( + ) Receita Líquida	10.504
<b>MARGEM BRUTA</b>	<b>10.504</b>
( + ) Custos de construção	(8.725)
<b>= Despesa Operacional</b>	<b>(8.725)</b>
<b>EBITDA</b>	<b>1.779</b>
( - ) Resultado Financeiro	137
( - ) IR/CS	(359)
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>1.557</b>

**DISCLAIMER**

Esse documento foi preparado pela NT11, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da NT11 e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da NT11.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da NT11 sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da  
Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A.

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outros assuntos**

#### *Valores correspondentes ao exercício anterior*

O exame das demonstrações financeiras, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, não foram examinadas por nós nem por outros auditores independentes.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 2023

*DELOITTE TOUCHE TOHMATSU*  
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ



Jônatas José Medeiros de Barcelos  
Contador  
CRC nº 1 RJ 093376/O-3

## Sumário

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	4
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL .....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA .....	12
4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO .....	13
5. RESULTADO FINANCEIRO .....	13
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER .....	13
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	15
8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL).....	15
9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS .....	16
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	16
11. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS .....	17

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não auditado)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>3</b>	<b>10.504</b>	-
<b>Custos de construção</b>		<b>(8.725)</b>	-
Custos de construção	<b>4</b>	(8.725)	-
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.779</b>	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>1.779</b>	-
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras	<b>5</b>	137	-
		<b>137</b>	-
<b>Lucro antes dos tributos</b>		<b>1.916</b>	-
<b>Tributos sobre o lucro</b>		<b>(359)</b>	-
Corrente	<b>6.1.1</b>	(35)	-
Diferido	<b>6.1.1</b>	(324)	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>1.557</b>	-
<b>Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:</b>	<b>10.2.a</b>	<b>0,04</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (Não auditado)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.557</b>	-
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>1.557</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u> (não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>	<b>1.557</b>	-
<b>Lucro líquido do exercício</b>		
<b>Ajustado por:</b>		
Tributos sobre o lucro	359	-
Resultado financeiro, líquido	(137)	-
<b>Alterações no capital de giro:</b>		
Concessão serviço público (ativo contratual)	(10.902)	-
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	3.317	-
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	374	-
Outros ativos e passivos, líquidos	(140)	-
<b>Caixa líquidos consumido nas operações</b>	<b>(5.572)</b>	-
Rendimentos de aplicações financeiras	137	-
<b>Caixa consumido nas atividades operacionais</b>	<b>(5.435)</b>	-
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Aumento de capital	6.500	-
<b>Caixa gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>6.500</b>	-
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício</b>	<b>1.065</b>	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>1.066</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**  
 Em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u> (não auditado)
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	<b>7</b>	1.066	1
Tributos sobre o lucro a recuperar		7	-
Outros ativos		140	-
<b>Total do circulante</b>		<b>1.213</b>	<b>1</b>
<b>Não circulante</b>			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	<b>8</b>	10.902	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>10.902</b>	<b>-</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>12.115</b>	<b>1</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	<b>9</b>	3.317	-
Tributos sobre o lucro a recolher		8	-
Outros tributos a recolher	<b>6.2</b>	10	-
<b>Total do circulante</b>		<b>3.335</b>	<b>-</b>
<b>Não circulante</b>			
Tributos sobre o lucro diferidos	<b>6.1.2</b>	324	-
Outros tributos a recolher	<b>6.2</b>	398	-
<b>Total do não circulante</b>		<b>722</b>	<b>-</b>
<b>Patrimônio líquido</b>			
Atribuído aos acionistas da Companhia	<b>10</b>	8.058	1
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>8.058</b>	<b>1</b>
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>12.115</b>	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de lucros				Lucros Acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reserva especial de dividendos não distribuídos		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)</b>	<b>1</b>	-	-	-	-	<b>1</b>
Aumento de capital	6.500	-	-	-	-	6.500
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	1.557	1.557
<b>Destinação do lucro líquido:</b> (nota 14.2.b)						
Reserva legal	-	78	-	-	(78)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	-	370	(370)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	1.109	-	(1.109)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.501</b>	<b>78</b>	<b>1.109</b>	<b>370</b>	<b>-</b>	<b>8.058</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)</b>	<b>1</b>	-	-	-	-	<b>1</b>
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2021 (não auditado)</b>	<b>1</b>	-	-	-	-	<b>1</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Transmissora 11 SPE S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

Em 30 de junho de 2022, a Companhia venceu o leilão ANEEL 01/2022 adquirindo o direito de construir, instalar e manter a seguinte subestação de transmissão: instalação de transmissão localizada no estado de Minas Gerais e São Paulo, compostas pela Linha de transmissão LT 230 kV Paraíso 2 - Chapadão, LT 230 kV Campo Grande 2 – Paraíso 2, SE 230/138 kV Paraíso 2, interligações de barramentos, extensão de barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. A Companhia está em fase de construção, recebendo aportes da controladora para cumprir estas obrigações, e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial, previsto no contrato de concessão com a Aneel para setembro de 2026.

A Receita Anual Permitida (RAP) prevista é de R\$38.200 (data de referência: dezembro de 2021), corrigida anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e o prazo de concessão é de 30 anos, a partir da data de assinatura do contrato de concessão, datado dia 30 de setembro 2022.

### 1.1. Gestão de risco financeiros e operacionais

A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria.

#### 1.1.1. Gestão de riscos financeiros

##### Considerações gerais e políticas internas

A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e financeiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos.

A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia.

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;

- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de *hedge*; e
- Não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ nem ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

<b>Riscos</b>	<b>Origem da exposição</b>	<b>Gestão</b>
Risco de mercado – Taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a LIBOR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de mercado – Preços de produtos e insumos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito.

### **1.1.2. Gestão de risco de mercado**

#### **Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### **Risco de inflação**

A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

### **Risco de preço de commodities**

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

*Commodities* metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de investimentos, nos contratos com fornecedores e no pagamento maior de Capex implicando em aumento indesejado da dívida da Companhia.

#### **1.1.3. Gestão de risco de liquidez**

O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes, com o objetivo de preservar e rentabilizar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações sejam alocadas preferencialmente em fundos exclusivos e tenham como diretriz alocar os recursos em ativos de liquidez diária.

A Companhia gerencia o risco de liquidez também mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país.

Adicionalmente, a Companhia acompanha mensalmente, por meio de índices de liquidez, a capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos dentro de um período de 12 (doze) meses.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

#### **1.1.4. Risco de solvência**

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de covenants financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (rating), no custo da dívida e na liquidez.

#### **1.1.5. Gestão de risco de crédito**

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

### **Risco de crédito de contrapartes comerciais**

Oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico.

### **Risco de crédito de instituições financeiras**

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito. É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

<b>Ratings de longo prazo em escala nacional</b>	<b>Moody's</b>	<b>S&amp;P</b>	<b>Fitch</b>
Itaú	AAA	-	AAA
Banco do Brasil	-	-	AA

## 1.2. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<b>Riscos</b>	<b>Data da vigência</b>	<b>Importância segurada</b>
Fiel Cumprimento	05/09/2022 a 30/12/2026	24.961

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza.

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as International Financial Reporting Standards ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 27 de abril de 2023.

### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas

As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a.

### 2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

<b>Nota</b>	<b>Estimativas e julgamentos significativos</b>
3	Receita operacional líquida
6.1.2	Tributos diferidos passivos
8	Concessão do serviço público (ativo contratual)
11.2	Estimativa do valor justo

## 2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ('IASB') e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ('CPC') que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

### a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022, aplicação retrospectiva com regras específicas.

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2023

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de <i>covenants</i> como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	<b>2022</b>
Construção de infraestrutura da concessão	10.852
Remuneração do ativo contratual	50
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>10.902</b>
(-) Deduções da receita bruta	(398)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>10.504</b>

### 3.1. Deduções da receita bruta

	<b>2022</b>
<b>Tributos gerais</b>	
PIS e COFINS – diferidos	(398)
<b>Total</b>	<b>(398)</b>

### 3.2. Política contábil

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidos entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um

ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica.

A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (Veja nota 8 para mais informações).

A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional.

A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2022 e 2021, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis:

- I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. A taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 13%a.a. e 18%a.a., nominal e antes dos impostos.
- II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%a.a. e 11,5%a.a.

#### 4. CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	<u>2022</u>
Material	(3.876)
Serviços de terceiros	(4.837)
Outros	(12)
<b>Total</b>	<b>(8.725)</b>

#### 5. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2022</u>
<b>Receita financeira</b>	
Renda de aplicações financeiras	137
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>137</b>

#### 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS A RECOLHER

##### 6.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda ("IRPJ") e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ – 25% e CSLL – 9%).

##### 6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2022.

	<u>2022</u>	
	<u>IR</u>	<u>CS</u>
Outras receitas	137	137
<b>Base de cálculo para o tributo sobre o lucro</b>	<b>347</b>	<b>347</b>

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%
<b>Tributo sobre o lucro do exercício</b>	<b>(34)</b>	<b>(12)</b>
Adicional de tributo sobre o lucro	11	-
<b>Tributo corrente sobre o lucro</b>	<b>(35)</b>	
Tributo diferido sobre o lucro - ativo contratual	(211)	(113)
<b>Tributo diferido sobre o lucro</b>	<b>(324)</b>	
	<b>(359)</b>	

### 6.1.2. Tributos diferidos passivo

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	<b>2022</b>	
	<b>Base de cálculo presumida</b>	<b>Tributo diferido</b>
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	840	211
Contribuição social	1.260	113
<b>Total</b>		<b>324</b>

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	<b>2022</b>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	-
Efeitos reconhecidos no resultado	(324)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(324)</b>

### 6.1.3. Política contábil e julgamentos críticos

#### a) Política contábil

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributáveis futuros. Esses estudos levam em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

#### b) Estimativas e julgamentos críticos

Julgamentos, estimativas e premissas significativas são requeridas para determinar o valor dos impostos diferidos ativos que são reconhecidos com base no tempo e nos lucros tributáveis futuros. Os tributos diferidos ativos são reconhecidos considerando premissas e fluxos de caixa projetados e podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas, preços de commodities, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) cenários macroeconômicos; e (iii) comerciais e tributários.

A Companhia também aplica julgamento contábil crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

## 6.2. Outros tributos a recolher

	<u>2022</u>
Programa de Integração Social – PIS <sup>(1)</sup>	71
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS <sup>(1)</sup>	327
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	10
<b>Outros tributos</b>	<b>408</b>
<b>Total outros tributos a recolher</b>	<b>408</b>
Passivo circulante	10
Passivo não circulante	398

<sup>(1)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e depósitos bancários à vista	61	1
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	901	
Fundos de investimento	104	-
	<b>1.066</b>	<b>1</b>

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2022 é de 100,31% do CDI.

Em 31 de dezembro de 2022, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

## 8. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vinculada à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	<u>2022</u>
<b>Saldo do ativo contratual</b>	<b>10.902</b>
Não circulante	10.902

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	<u>2022</u>
<b>Saldo inicial do exercício</b>	-
Receita de construção	10.852
Remuneração do ativo contratual	50
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>10.902</b>

### 8.1. Política contábil

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

O direito à contraprestação por bens e serviços é condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um ativo de contrato, e conforme o cumprimento das obrigações de desempenham são subsequentemente reclassificados para a contas a receber de clientes.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através do fluxo de caixa de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

## 9. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR DE EMPREITEIROS

	<u>2022</u>
Materiais e serviços	3.317
<b>Total</b>	<b>3.317</b>

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 10.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R\$6.501 (R\$1 em 31 de dezembro de 2021), sendo R\$454.000 subscrito e R\$447.500 a integralizar, dividido em 454.000.001 ações ordinárias (1.000 em 31 de dezembro de 2021), todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, como segue:

Acionista	Lote de mil ações Qtde.	%	R\$
Neoenergia S.A.	454.000	100%	6.501
<b>Total</b>	<b>454.000</b>	<b>100%</b>	<b>6.501</b>

## 10.2. Lucro por ação e remuneração do acionista

### a) Lucro por ação

Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	1.557
Média ponderada de ações em poder do acionista	38.559
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>	<b><u>0,04</u></b>

### b) Remuneração ao acionista

O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração ao acionista se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

Conforme artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia não distribuiu dividendo mínimo obrigatório, considerando o lucro líquido do exercício não ter sido realizado em caixa ou equivalentes de caixa.

A proposta de remuneração ao acionista da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	<u>2022</u>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>1.557</b>
Reserva legal	(78)
<b>Lucro ajustado</b>	<b>1.479</b>
Destinação para reserva de lucros a realizar / retenção de lucros	(1.479)
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b><u>-</u></b>

## 10.3. Reservas de lucros

### a) Reserva legal

Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital.

### b) Reserva de lucros a realizar

Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas.

## 10.4. Política contábil

O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

## 11. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### 11.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	<u>2022</u>		<u>2021</u>
	<u>CA</u>	<u>VJR</u>	<u>CA</u>
<b>Ativos financeiros</b>			

**NEOENERGIA TRANSMISSORA 11 SPE S.A.**  
**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021  
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

Caixa e equivalentes de caixa	1.083	104	1
	<b>1.083</b>	<b>104</b>	<b>1</b>
<b>Passivos financeiros</b>			
Fornecedores e contas a pagar a empreiteiros	2.987	-	-
Outros passivos financeiros	136	-	-
	<b>3.123</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

CA – Custo amortizado

VJORA – Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes

VJR – Valor justo por meio do resultado

## 11.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

**Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

**Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

**Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 11.5 – análise de sensibilidade.

## 11.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR” ou “VJORA”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	Nível 2	
	2022	2021
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	61	-
	<b>61</b>	<b>-</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

## 11.4. Política contábil

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

### (i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma

matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

**11.5. Análise de sensibilidade**

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2022.

- Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas.

- Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Exposição		Cenário Provável	Impacto Cenário(II)	Impacto Cenário(III)
			Taxa no exercício	(Saldo/ Ncional)			
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	13,65%	1.005	114	(17)	(34)

---

## **MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

---

### **DIRETORIA EXECUTIVA**

Fabiano Uchoas Ribeiro  
**Diretor**

Luciana Maximino Maia  
**Diretora**

**CONTADOR**  
Tiago Donatti Furigo  
CRC-SP-338760/O-6